



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Quinta-feira
(12/07)

Manchetes

CASO MARIELLE FRANCO

O Globo: Anistia Internacional pede acompanhamento externo das investigações.

Correio Braziliense: Parlamentares acusam policiais de negligência após 120 dias sem solução do crime

Estadão: **Suspeito de envolvimento em** morte de vereadora, ex-PM foi mandante de outro assassinato, denuncia MP

MPF: 2ª e 7ª CCRs pedem informações ao governo federal sobre implementação do Sistema Único de Segurança Pública

El País: Pesquisa aponta falta de dados oficiais sobre a intervenção no Rio de Janeiro

The Intercept Brasil: Reincidência de presos em flagrante é menor que 6%, mostra levantamento da Defensoria do RJ

UOL: Mais de 40 policiais de SP concorrerão nas eleições de 2018

ESMPU: Abertas inscrições para curso sobre controle externo da atividade policial e sistema prisional. Acesse o Edital

Síntese das principais notícias

Anistia critica investigações no caso Marielle: Passados quatro meses do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, a Anistia Internacional disse que o sistema de justiça brasileiro está em xeque pela não elucidação do crime até o momento. A entidade fará um ato nesta quinta-feira (12) para reivindicar o acompanhamento externo das investigações sobre o crime, que ainda está sem solução. Para a Anistia, o fato de o caso permanecer em aberto até o momento é grave e “demonstra ineficácia, incompetência e falta de vontade das instituições do Sistema de Justiça Criminal brasileiro em resolver o caso”. Fonte: **O Globo**.

Parlamentares acusam polícia envolvida nas investigações: A Comissão externa que acompanha a investigação do assassinato de Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes reuniu a imprensa na última quarta-feira (11) e cobrou respostas sobre as



investigações do caso. O grupo acusa os investigadores do caso de negligência e questiona a falta de informações. Fonte: **Correio Braziliense**.

MP denuncia investigado no caso Marielle: Estadão noticia que o ex-policial militar investigado por uma suposta ligação com o assassinato da vereadora Marielle Franco, foi denunciado na última terça-feira (10), como mandante de outro crime. Segundo o Ministério Público do Rio (PM-RJ), o acusado teria mandado matar Carlos Alexandre Pereira Maria, o Alexandre Cabeça, apoiador do vereador Marcello Siciliano (PHS).

Reincidência é baixa, afirma Defensoria: Levantamento da Defensoria Pública do Rio de Janeiro aponta que é baixa a taxa de reincidência criminal de presos que estão em liberdade provisória. Os dados são oriundos do acompanhamento das audiências de custódia. Em 11.667 casos analisados, apenas 617 voltaram a cometer crimes e foram novamente presos em flagrante, o que corresponde a 5,28% do total. Fonte: **The Intercept Brasil**.

Policiais pedem afastamento para disputar eleições: UOL informa que 42 policiais militares de SP pediram afastamento da corporação para disputar cargos de deputado estadual e federal na eleição deste ano. Como pedido, eles deixaram de atuar na instituição no dia 7 de julho. O quantitativo de PMs que se afastou representa metade de uma companhia da corporação, segundo o Instituto Sou da Paz. A entidade considera que as aspirações dos policiais na política são legítimas, mas adverte para o impacto negativamente no efetivo da própria corporação.

Falta de informações sobre Intervenção Federal: O Observatório da Intervenção, criado com o objetivo de acompanhar cotidianamente e publicizar os desdobramentos da Intervenção Federal no Rio de Janeiro, denuncia que informações essenciais para a descrição das ações policiais frequentemente não são encontradas no processo diário de acompanhamento das mídias. Entre 16 de fevereiro e 30 de junho, foram numeradas 465 vezes em que faltaram informação sobre operações. Repórteres de diferentes veículos denunciam a ausência de resposta do Gabinete da Intervenção e outras autoridades às perguntas encaminhadas. Fonte: **El País**.



Implementação do Susp: O Ministério Público Federal (**MPF**) solicitou informações ao Ministério da Segurança Pública sobre o andamento da implementação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) – que entra em vigor nesta quinta-feira (12). Previsto pela Lei 13.675/2018, o Susp tem o objetivo de integrar diversos órgãos de segurança pública para que atuem de forma cooperativa, sistêmica e harmônica. O MPF, por sua vez, acompanha de perto a criação do sistema para garantir sua adequada formatação e fiscalizar o cumprimento do cronograma de implementação.